ESCOLA SECUNDÁRIA DE PENAFIEL

ESCOLA SECUNDÁRIA DE PENAFIEL

PROJETO EDUCATIVO 2022/2026

2022, PENAFIEL

ÍNDICE GERAL

1. Preâmbulo....4
2. Visão....5
3. Missão....6
4. Valores....7
5. Diagnóstico Estratégico....8
5.1. Planeamento Estratégico / Propósitos....9
6. Cultura Organizacional da Escola....10
6.1. Organização/Gestão Curricular....10
6.2. Formação de Turmas....11
6.3. Distribuição de Serviço....11
6.4. Horários....12
6.5. Promoção do Sucesso Escolar....13
6.6. Apoios Educativos e Necessidades Educativas....15
6.7. Perfil do Aluno....16
6.8. Perfil do Professor....17
6.9. Qualidade Pedagógica....18
6.10. Cursos Profissionais....19
6.11. Atividades....20
6.12. Formação de Professores....22
6.13. Avaliação....22
6.14. Educação para a Cidadania....24
6.15. Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual....25
6.16. Departamentos Curriculares....25
6.17. Ocupação dos Tempos Escolares....27
6.18. Desporto Escolar....27
6.19. Escola Digital....29
6.20. Orientação Escolar e Profissional....29
6.21. Perfil dos Assistentes Técnicos e Operacionais....30
7. Segurança....31
7.1. Proteção Civil....32
8. Avaliação Interna....33
9. Avaliação do Projeto Educativo....34
10. Anexos....35

SIGLÁRIO

AI	Avaliação Interna
BE/CR	Biblioteca Escolar/Centro de Recursos
CAA	Centro de Apoio à Aprendizagem
DE	Desporto Escolar
EMAEI	Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
PAA	Plano Anual de Atividades
PADDE	Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola
PASEO	Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
PCE	Projeto Curricular de Escola
PE	Projeto Educativo
PESES	Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual
PFD	Plano de Formação Docente
PNPSE	Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar
PODC	Plano de Organização e Desenvolvimento Curricular
PPA	Plano Plurianual de Atividades
PT	Plano de Turma
SPO	Serviço de Psicologia e Orientação

1. PREÂMBULO

A Escola é um organismo vivo, socialmente organizada e dinamizada por um projeto próprio, uma entidade social complexa e de múltiplas relações interpessoais e institucionais, cuja **missão** principal passa por assegurar o sucesso escolar e educativo dos seus alunos, a formação integral do indivíduo nas suas componentes intelectual, social e afetiva.

Na escola, a existência de um Projeto Educativo traduz-se num documento orientador e impulsionador de toda a sua dinâmica, refletindo a sua autonomia, procurando transformá-la numa instituição aberta e democrática e que tem o poder de traçar a sua identidade e o seu rumo.

O Projeto Educativo define as opções da escola quanto ao ideal da educação a seguir, as metas, os objetivos e as finalidades a perseguir, as políticas a desenvolver. A essência deste documento é caracterizada por um processo de desenvolvimento pessoal dos intervenientes, sendo também um conjunto de opções pedagógicas que se traduz em prioridades e numa estratégia de atuação que valoriza os recursos existentes – materiais e humanos.

Na prossecução da missão da Escola Pública que passa por garantir que todas as crianças e jovens têm acesso às aprendizagens que lhes permitem concluir a escolaridade com os saberes, as competências, as atitudes e os comportamentos necessários à vida em sociedade, o papel das escolas e dos professores é determinante, no âmbito da sua ação nos conselhos de ano/turma, já que a melhoria das práticas educativas é intrínseca à promoção do sucesso escolar para todos os alunos.

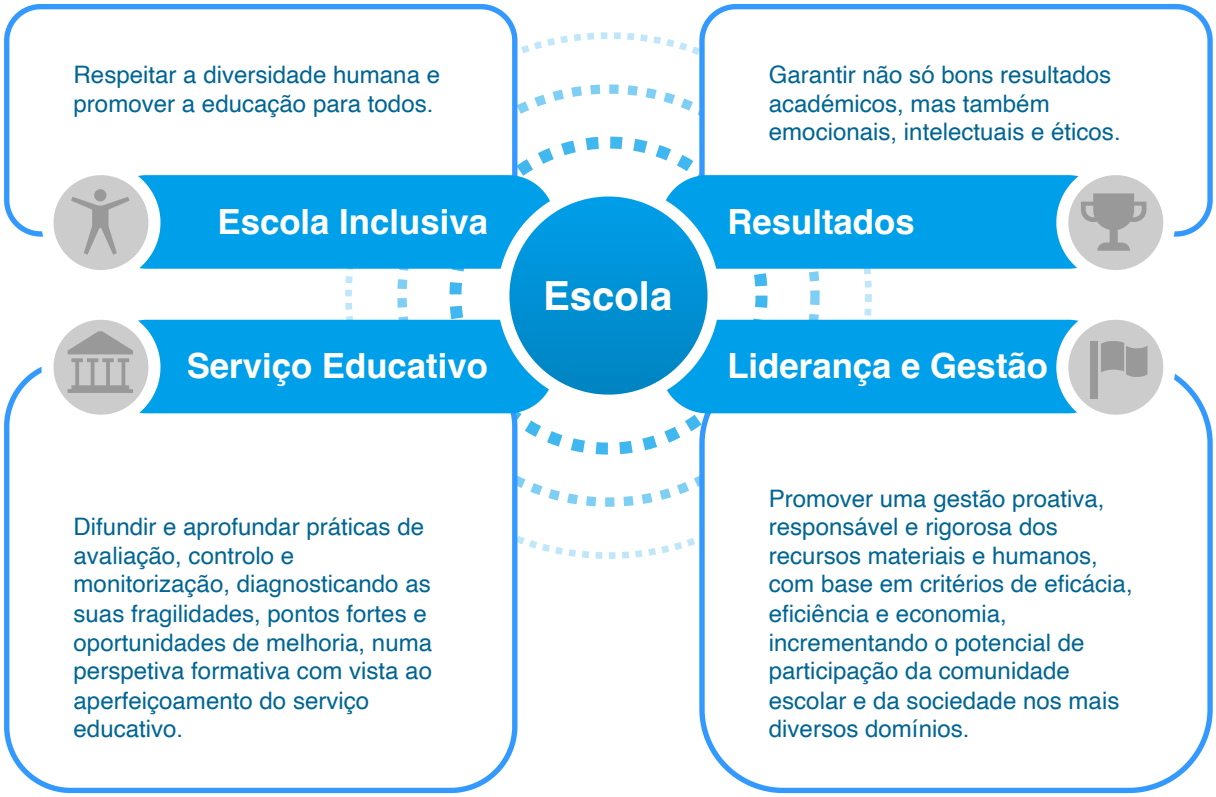
Direção-Geral da Educação

https://www.dge.mec.pt/programa-nacional-de-promocao-do-sucesso-escolar

2. VISÃO

A Escola Secundária de Penafiel com a sua história e identidade próprias (consultar aqui), pretende continuar a ser uma referência de prestígio, com reconhecimento a nível nacional de excelência educativa no domínio dos resultados académicos, dos valores, da qualidade do trabalho docente e não docente e da dinâmica envolvida no processo de aprendizagem, do plano de atividades e do empenho de todos os intervenientes.

A aposta neste percurso de atuação em todas as áreas, chave para o sucesso na formação dos Alunos, assenta em quatro grandes linhas orientadoras (vide PCE, "Princípios Orientadores" (consultar aqui):



3. MISSÃO

Numa sociedade em constante e rápida mudança, a Escola continua a ter o desafio permanente de responder em tempo oportuno às necessidades dos jovens.

A Missão da Escola Secundária de Penafiel é garantir aos jovens do concelho e da região, uma sólida e eficaz formação de excelência, nos domínios do conhecimento, dos valores humanos e sociais, que vá ao encontro das suas aspirações e necessidades.

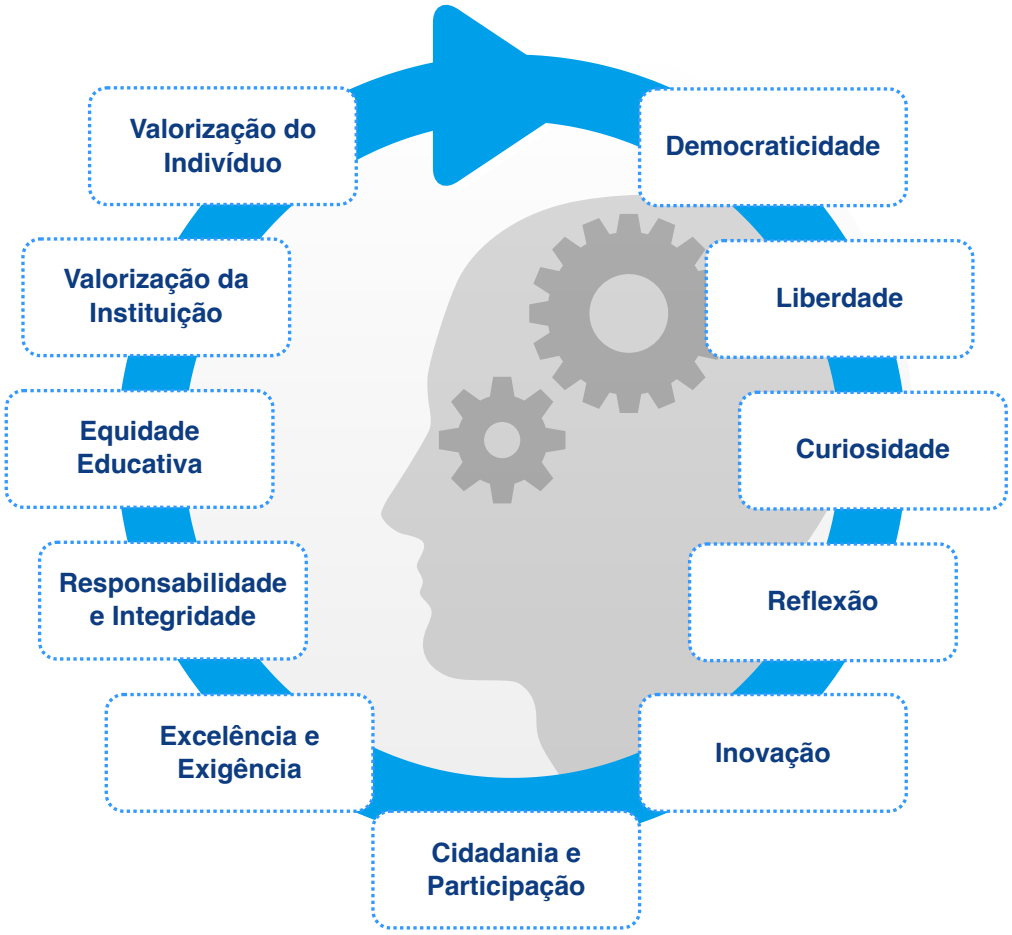
Nesta Missão sobressai uma das principais filosofias desta instituição: a construção de pilares sólidos onde deverá assentar a formação do aluno no que respeita à sua personalidade, ao seu caráter. Este objetivo concretiza-se pela motivação que a escola incute, pela mensagem que transmite e, sobretudo, pelo exemplo que dá.

A Escola Secundária de Penafiel trabalha para que os seus alunos sejam indivíduos altruístas, que compreendem e aceitam a diferença, que assumem a sua liberdade com responsabilidade, que valorizam o espírito crítico e defendem com elevação as suas ideias e ideologias, ou seja, um ser humano íntegro do qual a escola se orgulha e que a dignifica.

4. VALORES

A Escola Secundária de Penafiel privilegia a construção da autonomia e o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade singular de cada um, enriquecidos na possibilidade de múltiplas expressões – artística, desportiva, científica e tecnológica.

Neste contexto distingue-se um conjunto de princípios e valores:



5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Os pontos fortes e as fragilidades, identificados por avaliações contínuas, são valores indispensáveis para a definição de um diagnóstico estratégico.

Pontos Fortes

Escola Inclusiva

Valorização do aluno como um ser único e com uma história particular (1);

Dinâmica inclusiva, evidenciada nas respostas educativas ajustadas aos alunos com necessidades educativas especiais;

Promoção de um ambiente escolar seguro, agradável e socialmente integrador, refletindo-se na cooperação e satisfação do pessoal docente e não docente (2);

Diversidade de formas de participação das famílias na Escola, manifestada pela clara satisfação dos pais e dos alunos, relativamente ao percurso escolar e à preparação para o futuro.

Serviço Educativo

Partilha documental entre as várias estruturas organizativas;

Papel relevante das estruturas de coordenação educativa e da supervisão;

Procedimentos sistemáticos de autorregulação e adequação à centralidade do processo de ensino e aprendizagem;

Monitorização das medidas de apoio educativo;

Variedade de projetos, nomeadamente projetos internacionais (4);

Elevada satisfação relativamente à pertinência do PAA da Escola, à dinâmica e diversidade das atividades;

A dinâmica do PESES (5);

Existência de projetos transversais/atividades no âmbito da estratégia de Educação para a Cidadania (6);

Desempenho do diretor de turma (7).

Liderança e Gestão

Diversidade e eficácia dos circuitos de comunicação interna e externa;

Monitorização e reflexão sistemática sobre os resultados escolares;

Diversificação da oferta formativa (8);

Estabilidade do corpo docente;

Qualidade das instalações (9);

Gestão eficaz dos recursos humanos e materiais, evidenciando-se na organização e qualidade dos serviços;

Distribuição e gestão dos recursos de acordo com as necessidades dos alunos;

Envolvência e recetividade da Associação de Pais e Encarregados de Educação (10);

Desenvolvimento de práticas de mobilização e abertura à comunidade (11);

Elevada eficácia na resolução de conflitos.

Resultados

Excelente sucesso escolar;

Planos eficazes de ação estratégica, capazes de promover o sucesso académico dos alunos;

Resultados nos exames nacionais iguais ou superiores à média nacional;

Taxa de abandono escolar dentro da escolaridade obrigatória praticamente nula;

Elevada taxa anual de transição dos alunos matriculados;

Elevada taxa de conclusão do ensino básico e do ensino secundário;

Sucesso dos alunos em atividades e projetos a nível regional, nacional e internacional.

Fragilidades

Escola Inclusiva

38% dos alunos têm escalão A, o que pode limitar a sua capacidade de trabalho dependente de aspetos económicos;

Reduzida ação da Associação de Estudantes na vida ativa da escola (3).

Serviço Educativo

Debilidades na uniformização das práticas inerentes à Supervisão dos docentes;

Baixa eficácia da tutoria quando realizada online;

Baixo número de clubes e outras atividades não curriculares complementares.

Liderança e Gestão

Número de Assistentes Técnicos e Operacionais no limite do desejável.

Resultados

Número de atividades aquém do desejado em algumas turmas;

Número ainda baixo de intercâmbios;

Hábitos de estudo e de trabalho sistemático, por parte dos alunos, ainda abaixo do desejável;

Número de alunos envolvidos em atividades físicas aquém do desejável;

Comportamentos baseados nos princípios de uma alimentação saudável pouco frequentes.

(1) - População Escolar Alunos; (2) - População Escolar Docente e Não Docente; (3) - Associação de Estudantes; (4) Notas para a elaboração de um projeto; (5) - Educação para a Saúde; (6) - Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola Secundária de Penafiel (EECE); (7) - Diretor de Turma; (8) - Organização/ Gestão Curricular; (9) - Recursos Físicos; (10) - Associação de Pais e Encarregados de Educação; (11) - Protocolos e Parcerias

5.1. Planeamento Estratégico / Propósitos

Apresentada a nossa missão e os princípios e valores pelos quais esta comunidade se rege, traçada a nossa visão, feito o diagnóstico, interessa estabelecer os objetivos gerais pelos quais devem ser norteadas as práticas educativas e as metas a alcançar.

Liderança e Gestão

Continuar a desenvolver uma cultura e uma prática de excelência;

Proporcionar aos alunos e pessoal docente e não docente boas condições de trabalho;

Desenvolver competências digitais na comunidade educativa e otimizar a gestão dos recursos digitais já existentes;

Promover a formação adequada para o pessoal docente e não docente;

Promover uma maior participação e intervenção dos Pais e Encarregados de Educação na escola;

Estabelecer protocolos e parcerias com outras instituições;

Criar condições para assegurar uma empregabilidade ou acesso ao ensino superior de 80%, após a conclusão no ensino profissional;

Estabelecer parcerias com 80% das forças vivas da região;

Assegurar 100% das substituições em caso de falta previsível de professores.

Escola Inclusiva

Manter um bom clima de trabalho e introduzir fatores de motivação na comunidade escolar;

Educar para a cidadania, promovendo nos alunos valores de tolerância, responsabilidade, solidariedade, respeito, ou seja, contribuir para uma formação integral equilibrada através da abordagem de temáticas transversais;

Envolver todas as turmas em mais de uma atividade, realizando, pelo menos, uma atividade por turma, envolvendo pais e encarregados de educação;

Realizar, por Departamento, pelo menos, três iniciativas de caráter científico/pedagógico por ano letivo;

Concretizar, por Departamento, pelo menos, uma atividade externa, por área disciplinar (olimpíadas, intercâmbios, concursos…);

Comprometer a escola anualmente num intercâmbio internacional.

Serviço Educativo

Garantir um ensino de qualidade, incrementando as condições para o desenvolvimento sistemático de hábitos de estudo e de trabalho;

Promover hábitos colaborativos em termos pedagógicos e didáticos, estimulando uma prática de avaliação pela positiva para uma melhoria contínua;

Promover a coordenação e a universidade, e uniformização da supervisão;

Promover uma escola de referência desportiva através do desporto escolar;

Criar clubes e outras ofertas complementares não curriculares;

Incentivar a utilização da BE como agente educativo potenciador de aprendizagens (1);

Desenvolver e aprofundar a função do Diretor de Turma (2);

Garantir apoio a todos os alunos sujeitos a exames nacionais;

Assegurar o tempo útil de aula em 90%;

Envolver todos os alunos no Projeto Educação para a Saúde e Educação Sexual;

Consolidar o Plano de Proteção Civil/Segurança;

Implementar ações de formação para os alunos do 7º e 10º ano, no âmbito do Projeto Proteção Civil;

Incentivar a concretização de, pelo menos, um DAC por turma/ano no ensino básico e no ensino secundário.

Resultados

Criar condições de aprendizagem, iniciativa e espírito crítico dos alunos e de todos os elementos da comunidade educativa;

Desenvolver novos projetos de aprendizagem;

Fomentar a participação e intervenção da comunidade educativa;

Estabelecer em 95% a percentagem de conclusão no ensino secundário;

Atingir uma média global superior à média nacional, no mínimo de 5 décimas, nos exames nacionais do ensino secundário realizados na escola;

Colocar no Ensino Superior mais de 85% dos alunos que apresentam candidatura na 1ª fase;

Estabelecer em 100% a percentagem de transição para o ensino básico, 70% para o 10º ano e 95% para o 11º ano;

Concretizar o Sucesso Pleno em mais de 90% nas classificações internas;

Estabelecer em 98% a percentagem de conclusão no ensino profissional;

Atingir um valor positivo no Valor Acrescentado.

(1) — Biblioteca/Centro de Recursos; (2) — Diretor de Turma

6. CULTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA

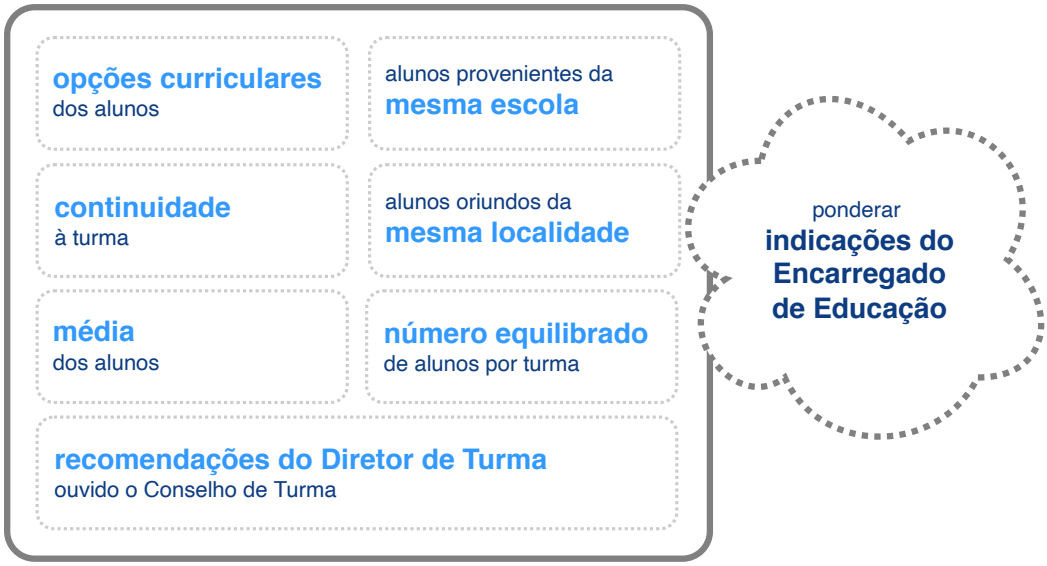
6.1. ORGANIZAÇÃO/GESTÃO CURRICULAR

A preocupação da Escola na oferta educativa e estrutura curricular (consultar aqui), no que lhe compete definir, tem como orientação o percurso que melhor serve o futuro dos alunos, defendendo uma oferta formativa integrada do ponto de vista do currículo. A oferta de cursos no ensino secundário abrange todos os cursos vocacionados para o prosseguimento de estudos e diversos cursos profissionais. Estes serão sempre escolhidos de acordo com a opção dos alunos, as indicações das estruturas locais, as necessidades detetadas no contexto local do mercado de trabalho e a disponibilidade de recursos desta instituição.

Dentro da estrutura curricular de cada curso de prosseguimento de estudos, é decisão da Escola oferecer todas as disciplinas que fazem parte do currículo nacional, manifestando desde logo uma esperada coerência e um desejado equilíbrio nos saberes e conhecimento. Esta opção permite uma maior e melhor formação estrutural na componente científica dos respetivos cursos, de elevada importância nas competências que se esperam de um aluno à saída do ensino secundário.

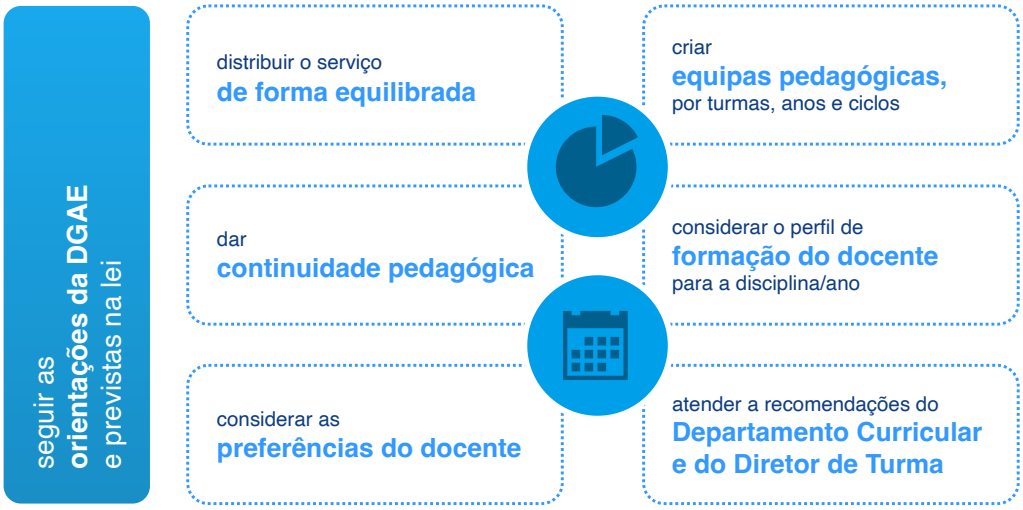
6.2. Formação de Turmas

A elaboração de turmas não resulta de um modelo fechado, mas, pelo contrário, tem em consideração a opção que mais se adequa ao grupo de alunos, capaz de produzir os melhores resultados académicos e de socialização. Neste sentido, há um conjunto de orientações (consultar aqui) que traduz o projeto global da Escola neste domínio, estando presente, de uma forma explícita, na formação da generalidade das turmas:



6.3. Distribuição de Serviço

O Serviço Docente deve obedecer ao que se encontra determinado na lei e nas recomendações do Ministério da Educação. Porém, a Escola tem autonomia para definir linhas para uma distribuição que possa corresponder a um projeto próprio, com claras vantagens para o seu desempenho e dos seus docentes. Os critérios a que deve obedecer essa distribuição devem ser essencialmente de natureza pedagógica, com enfoque na dicotomia turma/professor, a que corresponda um desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem com o máximo de qualidade na formação científica e de cidadania dos alunos. Para corresponder a esses princípios, a distribuição do serviço docente orienta-se de acordo com os seguintes parâmetros:



6.4. Horários

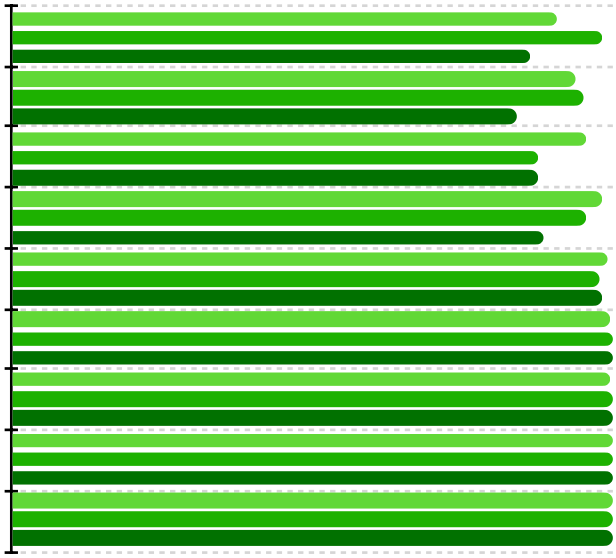
Os horários semanais das turmas devem ser equilibrados do ponto de vista pedagógico, quer ao nível das disciplinas, quer ao nível da carga horária diária. Além da interferência no biorritmo dos alunos, há uma necessidade constante de conjugar a componente pedagógica com a componente administrativa da função docente, nos diferentes papéis que o professor desempenha.

Por outro lado, os alunos têm outras atividades em muitos casos de difícil conciliação, como os alunos atletas de alta competição, alunos do ensino articulado e os alunos com estágio em empresas. Sempre com estes aspetos presentes, há, contudo, algumas orientações a ter em conta na elaboração dos horários, podendo ser de aplicação geral:

6.5. Promoção do Sucesso Escolar

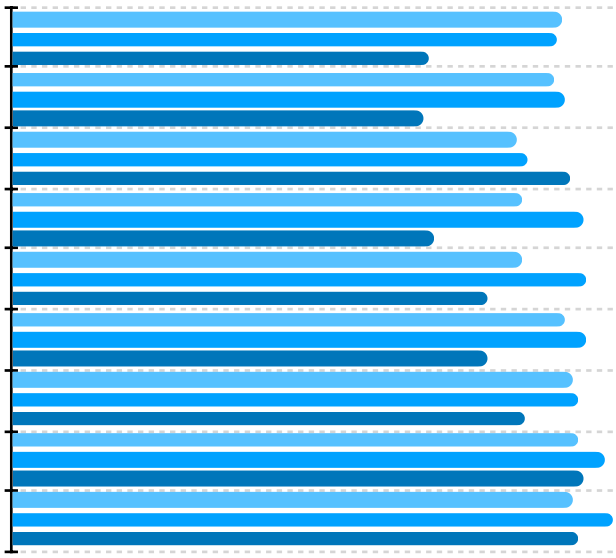
A escola perfilha uma política de educação determinada em obter resultados, efetivos e sustentados, na formação e qualificação dos jovens para os desafios da contemporaneidade e para as exigências do desenvolvimento pessoal e social, sendo consideradas prioritárias todas as medidas que visem, de forma sistemática, a promoção do sucesso escolar.

	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano
2012/2013	90%	98%	86%
2013/2014	93%	95%	84%
2014/2015	95%	87%	87%
2015/2016	98%	95%	88%
2016/2017	99%	97%	98%
2017/2018	99%	100%	100%
2018/2019	99%	100%	100%
2019/2020	100%	100%	100%
2020/2021	100%	100%	100%



Ensino Básico — Taxa de transição / conclusão

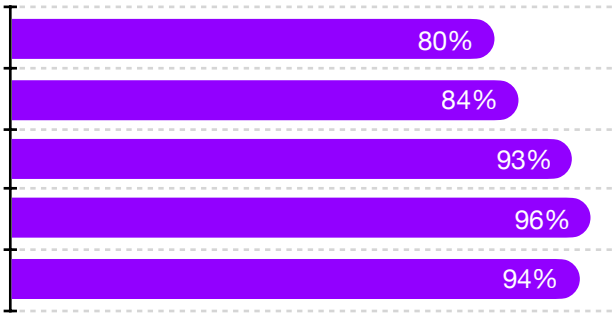
	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
2012/2013	91%	90%	69%
2013/2014	90%	92%	68%
2014/2015	84%	85%	93%
2015/2016	85%	95%	70%
2016/2017	84%	95%	79%
2017/2018	92%	95%	79%
2018/2019	93%	94%	85%
2019/2020	94%	98%	95%
2020/2021	93%	100%	94%



Ensino Secundário — Taxa de transição / conclusão

Ensino Profissional

	Profissional
2014/2017	80%
2015/2018	84%
2016/2019	93%
2017/2020	96%
2018/2021	94%



Ensino Profissional

Tendo especialmente em vista a promoção do sucesso escolar dos alunos, continuar-se-ão a realizar em meio escolar:

a) **ações de acompanhamento e complemento pedagógico**, orientadas para a satisfação de necessidades específicas, nomeadamente na preparação dos alunos para as disciplinas com exame nacional e de necessidades individuais (apoio individual);

b) **ações de promoção / concretização do Programa de Mentoria** (consultar aqui), apoiando os alunos no processo de aprendizagem, nomeadamente no estabelecimento de metas e objetivos a alcançar, no planeamento das tarefas e atividades escolares e na gestão do tempo de estudo;

c) **ações de apoio ao crescimento e desenvolvimento pessoal e social** dos alunos, visando igualmente a promoção da saúde e a prevenção de comportamentos de risco;

d) **ações de orientação escolar e profissional e de apoio** ao desenvolvimento psicológico individual dos alunos, pelos serviços de psicologia e orientação, assim como apoio tutorial e ações de tutoria;

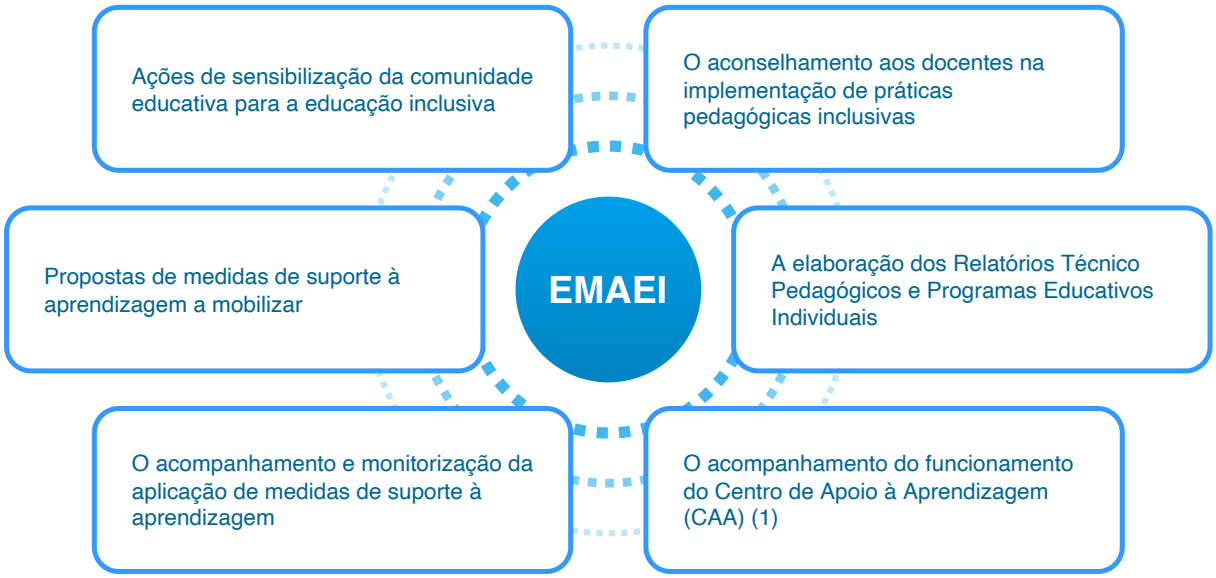
e) criar **diversidade de oferta educativa** para dar resposta às diferentes potencialidades e objetivos dos alunos;

f) desenvolver a **ação social escolar** destinada a compensar os alunos economicamente mais carenciados, mediante critérios objetivos e de discriminação positiva, previstos na lei.

6.6. Apoios Educativos e Necessidades Educativas

O desenvolvimento de estratégias de apoio educativo assenta no pressuposto de que o conhecimento das necessidades educativas de cada aluno potencia o sucesso das medidas. O diagnóstico deve identificar lacunas, mas também o que o aluno consegue fazer, os seus aspetos positivos e o que sabe fazer bem. Cada aluno é uma individualidade e a resposta deve ser única. O conhecimento do passado escolar do aluno e a articulação com a instituição de ensino de onde o aluno provém, constituem instrumentos de trabalho por parte da equipa que avalia o aluno.

A existência de uma Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) na escola (consultar aqui) deve garantir:



(1) — Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)

Cabe ainda a esta equipa, monitorizar todo o processo de apoio educativo e definir diretivas para o seu desenvolvimento.

Os professores de educação especial, enquanto parte ativa da equipa multidisciplinar, devem acompanhar regularmente o percurso dos alunos, envolvendo-os ativamente na construção da sua aprendizagem e apoiar os professores na concretização das medidas educativas definidas – nos processos de gestão dos ambientes de sala de aula; na adaptação de recursos e materiais; na adequação de metodologias de aprendizagem; na avaliação das aprendizagens e na monitorização e implementação das medidas de apoio à aprendizagem.

As medidas de apoio à aprendizagem, definidas com base no perfil do aluno, devem dar resposta em tempo útil às dificuldades detetadas, com a diferenciação adequada e o acompanhamento regular do trabalho desenvolvido, garantido a redefinição de estratégias, sempre que necessário.

A articulação da EMAEI, com a família e/ou encarregado de educação e com o diretor de turma potencia o sucesso das medidas educativas.

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) da escola têm igualmente um papel ativo na EMAEI e na escola.

A escola deve valorizar e promover a integração dos alunos com necessidades educativas individuais no seu percurso pós-escolar, constituindo um impulso na integração do aluno na sociedade.

6.7. Perfil do Aluno

Falar da escola como local privilegiado para a formação integral do indivíduo, é vê-la como palco de vivências possibilitadas pela existência de condições promotoras da participação ativa, organizada e responsável de todos os intervenientes no processo educativo, sendo fulcral, obviamente, o papel dos alunos.

Esta escola pretende um aluno capaz de:

- apresentar um **espírito crítico e inovador** perante diversas situações do quotidiano
- contribuir para a **harmonia da convivência** escolar e para a plena integração na escola de todos os alunos
- ter **iniciativa** e ser **criativo**, procurando criar referenciais educativos
- participar e **cooperar nas atividades** educativas ou formativas desenvolvidas na escola e demais atividades organizativas que requeiram a sua participação
- ser um cidadão **livre, autónomo e responsável**
- querer **aprender** mais
- valorizar o **rigor e a excelência**
- desenvolver o **pensamento reflexivo e procurar novas soluções**
- conhecer e **respeitar os princípios** fundamentais da sociedade democrática

6.8. Perfil do Professor

A Escola Secundária de Penafiel tem uma cultura e valores institucionais próprios que a caracterizam e a distinguem. Esta cultura de escola, forte e consolidada, resulta de um trabalho e de uma prática de muitos anos, com uma orientação bem definida, construída por todos os que nela têm trabalhado e estudado. Os Professores são uma parte fundamental na construção e manutenção dessa cultura. Para tal, foi e é necessário uma aproximação do perfil pessoal com o perfil esperado na instituição. Quanto menor for essa diferença, mais fácil a integração e o desenvolvimento de uma atividade bem-sucedida.

Para além do perfil geral de qualquer professor, definido em diversa legislação, o Professor desta instituição enquadra-se no seguinte perfil:

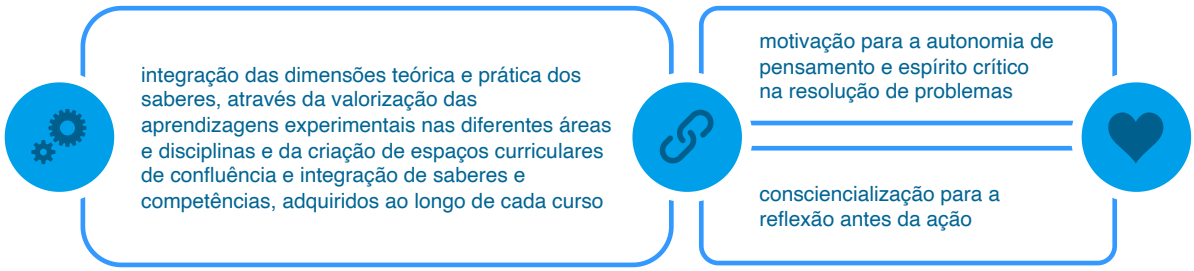
- **envolve os alunos** na aprendizagem
- trabalha para que os alunos obtenham **bons resultados**
- revela **disponibilidade** para os alunos
- **valoriza a pessoa** que há em cada aluno e promove a inclusão
- arroga a **responsabilidade** em garantir o cumprimento da totalidade do serviço distribuído
- contribui com **iniciativas** para o plano de atividades
- trabalha em **equipa**
- trabalha para um clima de **respeito e segurança** na Escola
- assume **desafios**
- **valoriza a Escola** e dedica-se à vida escolar

6.9. Qualidade Pedagógica

Perante as constantes exigências da Educação, compete à escola tomar as medidas necessárias para ter um desempenho pedagógico de excelência. Tal objetivo obriga a um trabalho aberto e participado, para que todos os intervenientes no processo de ensino/aprendizagem encontrem o percurso correto que leve a esse propósito. O professor desempenha o principal papel no processo de excelência pedagógica, necessitando de se atualizar constantemente no domínio científico e pedagógico.

Torna-se necessário promover uma abordagem qualitativa das situações, centrada no estudo de problemas, preferencialmente com relevância para os alunos. Esta abordagem não pode limitar-se à construção de conceitos, mas tem de apostar na construção de competências, atitudes e valores, conferindo uma dimensão sócio construtivista à vertente da aprendizagem. Deve apelar à inter e transdisciplinaridade, como forma de reduzir as distorções da realidade tão amplificadas quando é vista de um modo parcelar, como acontece no caso em que é abordada numa perspetiva estritamente disciplinar.

O desenvolvimento de competências cognitivas é particularmente importante para a adaptação e integração dos alunos em sociedade em permanente e acelerada mudança. Nesse sentido, a atuação do professor deve estar direcionada para o tratamento de problemáticas que, de preferência, sejam vivenciadas pelos alunos no seu quotidiano escolar e tenham um sentido e significado próprios. Desse modo, dever-se-ão desenvolver atividades suscetíveis de favorecer o seu envolvimento e implicação ativa nos processos de construção de conceitos, competências, atitudes e valores. Atividades em que seja promovido o reforço da:



Ao professor exige-se uma motivação intrínseca considerável, uma procura incessante da resolução de conflitos internos e de problemas concretos decorrentes das práticas de ensino, obrigando ao desenvolvimento de um trabalho de grupo onde a troca de ideias se torna fundamental, abandonando-se ideias espontâneas, intuitivas e temporalmente enraizadas.

É fundamental:

encontrar respostas
para problemas concretos e ligados às próprias práticas de ensino

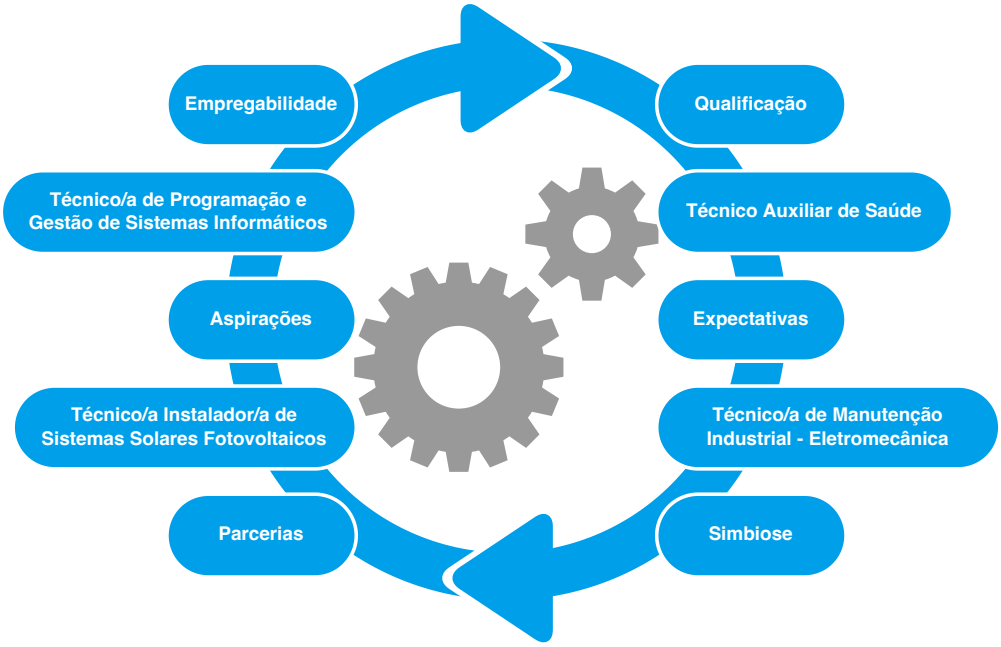
procurar soluções
que tornem possível a resolução de problemas emergentes dessa prática

monitorizar a qualidade pedagógica
da escola e de cada um

criar mecanismos práticos e credíveis
em departamento para assegurar elevados padrões de qualidade

6.10. Cursos Profissionais

Os Cursos Profissionais, sendo uma área de desenvolvimento estratégica da escola e que assume cada vez maior importância, têm correspondido às expectativas de um elevado número de alunos do concelho. É ambição da escola continuar a investir em equipamentos e na equipa formativa para que a reputação da mesma, nesta área, se mantenha ou até mesmo se incremente. Os alunos que optam por este percurso, não esperam menos do que bons equipamentos e uma excelente equipa formativa que se propõe a valorizá-los na vertente profissional, bem como em todas as outras comuns a qualquer outro percurso de ensino.



A seleção dos Cursos Profissionais que funcionam na escola tem como génese a auscultação dos vários intervenientes neste tipo de formação: as autarquias (concertação ao nível da Rede Social de Penafiel, articulada com o Pelouro da Educação e a Escola Secundária de Penafiel); os potenciais

interessados, alunos do ensino básico das várias escolas do concelho; empresas... Deseja-se, deste modo, corresponder às expectativas de todos, responder às necessidades e aspirações da região, apostando, assim, em áreas identificadas como tendo défice de pessoal qualificado, mas com perspetivas de empregabilidade. A escolha dos cursos tem como referências os estudos acerca da empregabilidade e necessidades de qualificação, elaborados pela Agência Nacional de Qualificação. O número de cursos a funcionar, bem como o número de turmas, é ajustado à capacidade da escola e aos recursos existentes (consultar aqui).

Pretende dar-se continuidade ao estabelecimento de protocolos/parcerias, envolvendo diversos atores educativos, com prioridade às empresas ou associações empresariais e com Institutos Politécnicos, com incidência nos planos formativos e/ou em ofertas formativas complementares na respetiva área de formação. O elevado número de parcerias entre a escola e empresas, associações, municípios, entre outros, contribui para otimizar o sucesso das partes envolvidas, potencia recursos e meios, para que, em simbiose, saiam todas a ganhar. Os alunos são os beneficiários desta rede de cumplicidades e interesses comuns. São exemplos de entidades parceiras, o Centro Hospitalar do Vale do Sousa, os Centros de Saúde da região, as Câmaras Municipais, Santa Casa da Misericórdia, várias IPSS, Clínicas Médicas, Lares de Terceira Idade, Empresas de Energias Renováveis e Manutenção Industrial.

6.11. Atividades

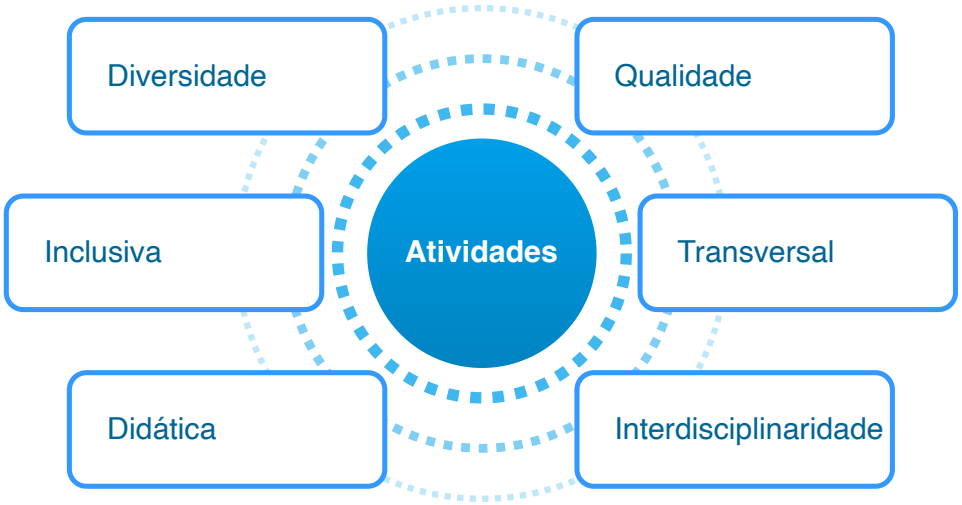
A dinâmica de uma escola assenta na concretização diversificada de atividades não letivas, cujos objetivos passam inequivocamente por uma componente pedagógica e/ou didática e pela formação integral do aluno enquanto elemento de uma comunidade, quer educativa, quer social, a desenvolver dentro e/ou fora do espaço de sala de aula.

Mais do que a quantidade de atividades a realizar, importa a sua qualidade e diversidade, sempre que possível numa interdisciplinaridade enriquecedora e eficaz na concretização dos objetivos delineados na sua planificação.

Faz parte dos deveres funcionais do professor planificar toda a atividade letiva e não letiva, obedecendo aos mesmos critérios de exigência e rigor, cujo enriquecimento deve passar por mecanismos eficientes de partilha e execução em conjunto, de tratamento e análise, na perspetiva de uma melhoria contínua.

A planificação das atividades deve efetuar-se antes do início de cada ano letivo e expressa no plano anual de atividades. Se existem atividades já enraizadas e

com tradição na escola, outras vão aparecendo de acordo com os objetivos e metas da comunidade educativa. Desta forma, as atividades com caráter tradicional devem ser sempre submetidas a uma rigorosa análise, para que os seus pontos fortes apareçam cada vez mais fortes, e as insuficiências sejam ultrapassadas, promovendo-se uma maior qualidade.



Qualquer atividade deve estar regulamentada, com um suporte de orientação claro, para que seja uma mais-valia em todas as suas vertentes e para que o seu sucesso e cumprimento dos objetivos sejam inequívocos. É obrigação dos Coordenadores de Departamento atentar na sua planificação, na sua abrangência e transversalidade.

De igual modo, a capacidade de organização, envolvimento e participação dos alunos é fundamental, desenvolvendo ou aprofundando com qualidade outras aprendizagens, contribuindo ainda para manter o bom clima instalado na comunidade educativa.

A divulgação das atividades continuará a ser operacionalizada através de:

- Plano Plurianual de Atividades
- Plano Anual de Atividades
- Website da Escola
- Redes Socais

6.12. Formação de Professores

A formação contínua deve ser encarada como algo capaz de contribuir para a resolução dos problemas que surgem no decurso da docência, orientada para o desenvolvimento de projetos de investigação-ação.

A formação de professores deve, por conseguinte, ser menos prescritiva e mais voltada para a reflexão e flexibilidade, permitindo o seu ajustamento aos contextos de produção das práticas de ensino. Somente nestas circunstâncias poderá ser resolvida satisfatoriamente a multiplicidade de problemas que, em cada instante, vai emergindo dos contextos tão específicos de sala de aula.

A formação deve ser capaz de inculcar um sentido crítico na análise sistemática das práticas de ensino que são desenvolvidas. Nesse sentido, deve privilegiar o incremento de competências cognitivas em detrimento de competências técnicas, tornando o professor mais capaz de tomar decisões adaptadas ao contexto mutável e complexo em que atua.

Em suma, o professor deve apostar numa formação mais coerente e consentânea com as suas reais necessidades, numa formação que potencie as suas competências na sua área disciplinar e numa formação cujas temáticas sejam uma mais-valia para a sua prática pedagógica.

A escola em articulação com o centro de formação local (CFAEPPP), instituições de ensino superior e outras entidades, deve encontrar as soluções no seu plano de formação docente (PFD) adequadas para os seus professores.

6.13. Avaliação

No currículo nacional estão definidas as metas curriculares, as áreas de competências gerais e disciplinares, que cada aluno deve atingir no final de cada ciclo de ensino. Serão trabalhados os domínios: **Conhecimentos**, **Resolução de Problemas** e **Comunicação**. Os critérios específicos de avaliação nos domínios do saber/saber e saber/fazer são da área do conhecimento de cada disciplina e devem estar alinhados com as Aprendizagens Essenciais.

A avaliação dos alunos é contínua e deve ter em consideração fases e instrumentos diversificados, de modo a traduzir em qualquer momento o grau de consecução dos objetivos fixados.

A avaliação das aprendizagens é um elemento fundamental no processo, pela informação constante que fornece aos intervenientes, pelo impacto que tem na determinação do sucesso, sendo fundamental a definição dos conceitos básicos em que assenta, bem como a definição dos seus critérios gerais (consultar aqui).

O processo de avaliação pressupõe a avaliação formativa, a avaliação sumativa e a avaliação aferida.

A avaliação deve ser entendida como um instrumento de regulação contínua do processo de ensino-aprendizagem, orientando a ação pedagógica do professor e a aprendizagem do aluno.

Na avaliação os objetivos pedagógicos devem ser claros e os critérios de avaliação conhecidos e assimilados pelos que estão mais diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Só desta forma será possível identificar sucessos e insucessos e, consequentemente, (re)orientar as práticas no sentido de reforçar os sucessos e tentar colmatar os insucessos.

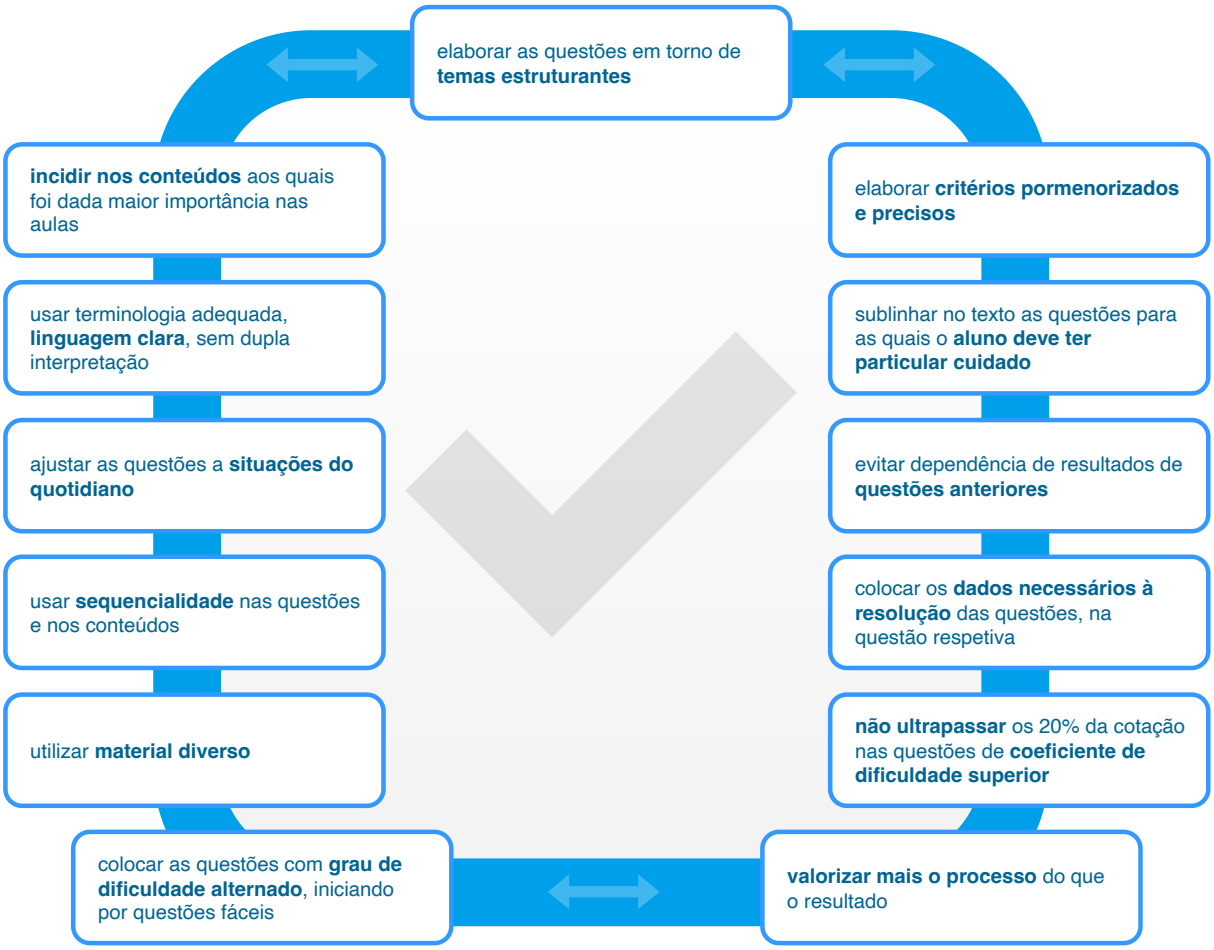
Consequentemente, os intervenientes nesse processo devem ter em consideração alguns aspetos chave para atingir o sucesso:

- **transmitir a informação necessária aos alunos sobre as aprendizagens a realizar**, as metas a atingir, as tarefas a desenvolver, o caminho a percorrer
- **ajustar as tarefas a desenvolver aos critérios estabelecidos**, isto é, contextos de aprendizagem planificados e estruturados devem ser apropriados ao desenvolvimento dos objetivos definidos e à realização das aprendizagens pretendidas
- **dar a conhecer aos alunos os critérios pelos quais são avaliados**, assegurando uma relação linear entre ensinar e aprender
- existir concordância entre os critérios explicitados e os utilizados, numa **uniformidade entre o que é ensinado e o que é avaliado**

Exames de Equivalência à Frequência

Uma das possibilidades de concluir uma disciplina ou curso é através da realização de exames de equivalência à frequência. Anualmente são definidas por Despacho do Ministério da Educação as condições de elaboração desses exames. Para além das orientações dadas, é da competência da Escola definir um conjunto de regras que uniformize a execução dessas provas. Essas

orientações são aprovadas em Conselho Pedagógico. Apesar de aprovados anualmente, têm-se mantido os seguintes critérios:



6.14. Educação para a Cidadania

Viver a cidadania implica que toda a comunidade educativa esteja consciente dos seus direitos e deveres, assumindo e responsabilizando-se pelos seus atos. Cada interveniente da escola tem funções diversas e diversificadas, todavia a sua responsabilidade não se confina apenas a tarefas ou a setores específicos previamente atribuídos. Por outro lado, um bom contexto de trabalho implica uma atmosfera de tranquilidade e bem-estar, onde cada um tem a consciência clara do lugar que ocupa e do seu desempenho.

A Educação para a Cidadania (consultar aqui) é também o reconhecimento de uma escola onde existe o sim e o não, onde a prevenção se sobrepõe à retaliação, onde o espírito colaborativo na relação com o outro é uma realidade,

evitando-se desta forma equívocos de comunicação e onde o sentido crítico de cidadania se desenvolve de maneira franca e construtiva.

Neste âmbito, sendo o espaço ideal, a escola tem a responsabilidade de promover temas transversais/atividades e de enorme pertinência social.

6.15. Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual

A Escola Secundária de Penafiel elaborou o seu Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual (PESES) (consultar aqui), onde constam uma série de atividades que envolve toda a Comunidade Escolar, proporcionando aprendizagens significativas desenvolvidas também em parceria com instituições locais, tais como o Centro de Saúde.

O projeto pretende estar intimamente relacionado com o quotidiano dos alunos, possibilitando a sua participação na solução de problemas, de modo a que se desenvolvam valores e competências relativas à prática de uma vida saudável. Sendo assim, a implicação desta componente na comunidade escolar, poderá tornar possível a formação de cidadãos conscientes e capazes de tomar decisões responsáveis e adequadas, avaliando as consequências que daí possam advir.

6.16. Departamentos Curriculares

Os Departamentos Curriculares, como estruturas de orientação educativa, deverão ser os principais polos dinamizadores da concretização e inovação da articulação e orientação educativas.

O Departamento não é um mero espaço aglomerador de docentes de diferentes áreas disciplinares, pelo contrário, tem de ser o local privilegiado para a troca de ideias, de objetivos, princípios e finalidades, e de discussão de eventuais propostas de qualquer teor, tendo em vista o ponto nevrálgico para o qual todos trabalham: a escola e os alunos.

Compete aos Departamentos definir as metodologias que levem ao desenvolvimento de um trabalho de qualidade. Nesta dinâmica o coordenador tem um papel fundamental na agilização processual a todos os níveis e não se deve quedar apenas pela transmissão de informações provenientes do Conselho Pedagógico e/ou de outros órgãos.

Consequentemente, cabe ao Coordenador dirigir a sua ação no sentido:

Coordenador do Departamento

- da partilha de **experiências, saberes e formas de estar** entre os docentes
- da análise dos resultados escolares e da implementação de estratégias na **resolução de eventuais insucessos e/ou problemas**
- da orientação/agilização na planificação de **atividades** que possam ser **transversais** aos diferentes grupos disciplinares
- da apresentação, em tempo útil, de **relatórios intermédios e finais das atividades** realizadas pelo seu departamento
- da verificação rigorosa e em tempo útil das **planificações pedagógicas e** dos diversos **planos de aula**
- do conhecimento absoluto de tudo o que o seu **departamento pretende realizar**
- de superintender as **sugestões de distribuição de serviço da componente letiva e não letiva** (anos de escolaridade a lecionar pelo docente, serviço de exames, coadjuvâncias, assessorias…), considerando sempre o sentido de equidade e competências
- da exigência do **cumprimento de prazos estabelecidos** nas diversas tarefas distribuídas
- de se afirmar um **moderador de conflitos, assertivo**, mas nunca descurando a sua responsabilidade no cargo que desempenha
- de supervisionar o trabalho dos professores, seja da componente letiva ou não letiva, devendo verificar a **adequação dos dispositivos pedagógicos** utilizados pelo professor, como se realizam as aprendizagens e proceder às regulações convenientes, sugerindo eventuais alterações ou ajustamentos
- de reunir com os seus pares coordenadores, garantindo, assim, um **trabalho globalizante subjacente a uma só escola em permanente comunicação**
- de **expressar nos órgãos onde se faça representar e seja representante**, das decisões emanadas efetivamente do seu departamento
- de ser **solícito**

Os Departamentos Curriculares deverão aumentar e aprofundar os debates internos que preconizem um aprofundamento de questões didático-pedagógicas, defendendo-se a adoção de um formato de "equipa pedagógica" com o objetivo de afinar estratégias pedagógicas, adaptar conteúdos e promover a interdisciplinaridade.

Nestes debates internos tem um papel preponderante uma reflexão cuidada sobre a avaliação e definição dos critérios e se os há mais específicos de cada área disciplinar, outros há de caráter mais abrangente, devendo ser analisados e ponderados.

Para os diferentes Departamentos, preconiza-se, ainda, a apresentação e implementação de projetos e/ou clubes que sejam capazes de fornecer respostas para problemas reais do quotidiano da comunidade educativa e ainda que sirvam os seus interesses.

6.17. Ocupação dos Tempos Escolares

No âmbito da organização do ano escolar, a escola deve proceder à aprovação de um plano de distribuição de serviço docente, identificando detalhadamente os recursos envolvidos, que assegure a ocupação dos tempos escolares dos alunos do Ensino Básico e Secundário em atividades educativas na situação de ausência imprevista do respetivo docente a uma ou mais aulas, de modo a obter o pleno aproveitamento do seu horário letivo.

Neste contexto, o recurso a aulas de substituição passa por serem asseguradas por outro professor de acordo com a seguinte prioridade:

1. **permuta no conselho de turma**
2. **professor do grupo disciplinar para aplicar o plano de aula**
3. **professor de outra área disciplinar que aplicará um trabalho previamente planificado**

Relativamente a esta última situação, os vários Departamentos/Grupos Disciplinares deverão viabilizar propostas de atividades complementares de reforço, ocupando efetivamente os alunos durante estas aulas.

Torna-se, pois, necessário estabelecer uma ação concertada entre todos, para que, em conjunto, continue a caminhar-se no sentido de uma escola de qualidade, onde o rigor na realização das tarefas, a disciplina e cultura de trabalho escolar, bem como o clima social das relações humanas, concorrem significativamente para o crescimento do aproveitamento escolar dos alunos.

6.18. Desporto Escolar

O Desporto Escolar tem sido encarado como uma mais-valia em todo o processo ensino-aprendizagem, promovendo estilos/hábitos de vida saudável, valorizando a ética e o espírito desportivo, a responsabilidade pessoal e coletiva, a cooperação e a solidariedade, a consciência cívica e o gosto pela escola. Ou seja, com esta atividade contribui-se para a formação equilibrada e harmoniosa do aluno e ainda dotá-lo de algum ***know-how*** que lhe poderá servir de base para ingressar num futuro desportivo federado e contribuir para o desenvolvimento da prática desportiva em Penafiel.

O Desporto Escolar é de caráter obrigatório, possui um programa plurianual de aplicabilidade e encontra-se organizado em duas vertentes de caráter:

Interno	Externo
Conjunto de atividades físico-desportivas que deve reverter da dinâmica interna da disciplina de Educação Física, enquadrado no Plano Anual de Atividades da Escola, desenvolvido pelo Grupo de Educação Física, sob a responsabilidade do Coordenador do Desporto Escolar. Pode concretizar-se através de atividades de caráter pontual, ou de Grupos Equipa com treinos regulares, nas modalidades desportivas que a escola possa oferecer.	Atividade externa desenvolvida no âmbito dos Grupos/Equipa, centrada, prioritariamente, na participação em Campeonatos Escolares organizados pelas Associações Desportivas de Escolas, e, supletivamente, nos eventos competitivos de caráter seletivo, estruturados por fases sequenciais de apuramento, organizados pelas estruturas do Ministério da Educação.

As orientações determinadas pela Escola são as seguintes:

- ✓ modalidades que sejam do interesse dos alunos e estejam previstas no PAA da escola;
- ✓ crédito horário marcado de forma a possibilitar a participação dos alunos e do qual não resulte prejuízo para a lecionação da disciplina de Educação Física relativamente à ocupação dos espaços;
- ✓ realização de encontros pontuais com outras escolas de modo a aumentar o gosto pela prática desportiva e proporcionar uma competição desportiva saudável;
- ✓ funcionamento em cada ano escolar até 10 Grupos Equipa;
- ✓ entregas periódicas de informações (final de cada período letivo), aos Diretores de Turma sobre a prestação dos alunos que se encontram a frequentar o DE;
- ✓ acompanhamento dos Grupos Equipa pelos seus responsáveis nas suas deslocações/competições, ou, caso lhes seja impossível, permutar com um professor de Educação Física;
- ✓ cada Grupo Equipa deve ter para além do professor responsável, um professor colaborador que apoia o grupo e substitui o responsável na sua ausência.

Cada docente terá um dos seus blocos de TE ocupado com um grupo-equipa da modalidade, onde se sinta capacitado e motivado para orientar e formar desportivamente os alunos (atividades de iniciação ou aperfeiçoamento) ou então, pela formação especializada (atividades de excelência) nessa mesma área.

Assim sendo, o Desporto Escolar deverá ser integrado de forma articulada e continuada no conjunto dos objetivos gerais do Projeto Educativo e no Plano Anual de Atividades.

6.19. Escola Digital

A integração numa Sociedade da Informação e do Conhecimento continua a ser assumida por esta escola, através da generalização do acesso dos alunos aos meios de informação e de apropriação do conhecimento, bem como da melhoria das suas competências nesta matéria. Assim, continuará a motivar a utilização dos recursos informáticos existentes e a adquirir produtos educativos multimédia. Por outro lado, através da implementação do plano de ação para o desenvolvimento digital da escola (PADDE), apoiará sempre as formas de formação contínua de professores que valorizem o perfil do docente como orientador das aprendizagens dos alunos com recurso ao digital, promovendo uma Escola que acompanhe e lidere o desenvolvimento digital (consultar aqui) da comunidade educativa a que está ligada.

6.20. Orientação Escolar e Profissional

Compete aos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) planear e executar atividades de orientação escolar e profissional, nomeadamente através de programas a desenvolver com grupos de alunos ao longo do ano letivo e de apoio individual ao seu processo de escolha, facilitando o desenvolvimento da sua identidade pessoal e a construção do seu próprio projeto de vida.

A orientação escolar e profissional deve ter, como contexto temporal mais apropriado dentro das possibilidades dos serviços, o 8º ano e o 9º ano de escolaridade, mas deve, sempre que possível, ter continuidade até ao 12º ano.

A orientação escolar e profissional para além de dar formação para uma decisão futura através de atividades específicas, deverá implicar cada vez mais os pais/encarregados de educação e os respetivos diretores de turma neste processo, intervenientes que constituem parceiros importantes em todo o percurso de construção de projetos de carreira.

A escola deve continuar a ter um papel ativo na divulgação dos seus cursos junto dos alunos de outras escolas do concelho e futuros alunos desta escola, cuja divulgação deve ser preferencialmente audiovisual. Deve procurar organizar visitas de estudo ou encontros a instituições diferenciadas, para que as informações recolhidas possam melhor direcionar e orientar os jovens.

6.21. Perfil dos Assistentes Técnicos e Operacionais

Na mudança intrínseca à sociedade é condição necessária que os Assistentes Operacionais, bem como os Assistentes Técnicos, a acompanhem. Na realidade, nesta instituição, os funcionários devem destacar-se pela(o):

- **eficácia e competência** no desempenho das suas funções
- contribuição para o desenvolvimento e manutenção de um **bom ambiente de trabalho**
- utilização de **estratégias positivas** na resolução de conflitos com os alunos
- desempenho de qualquer **tarefa extraordinária**, quando solicitados
- garantia dos **padrões de qualidade** em cada local (atenção, simpatia, disponibilidade e eficiência) e em todos os serviços (limpeza, organização e atendimento)
- **colaboração**, sempre que se justifique, **nas atividades** desenvolvidas na escola
- **respeito e compreensão** para com toda a comunidade educativa
- **eficiência no apoio** às atividades letivas
- resposta com prontidão a propostas de novas tarefas, **contribuindo para uma escola melhor**
- prestação de **auxílio e assistência** a todos os membros da comunidade educativa em caso de doença ou acidente, mantendo o controlo emocional e discernimento profissional perante situações mais complexas e de tensão

7. SEGURANÇA

Na formação e na prática da atividade da Escola é desenvolvida uma cultura de segurança. Essa cultura deve abranger toda a vivência dos intervenientes no processo, nomeadamente:

Segurança das atividades letivas em sala de aula e instalações

Prevenção na entrada de intrusos (entenda-se pessoas não inseridas na comunidade escolar)

Prevenção de atuação em situações de catástrofe

Deste modo, nas atividades letivas, os alunos devem atuar de acordo com as normas de higiene e segurança requeridas/exigidas num ambiente de sala de aula, com especial atenção para os laboratórios e recintos desportivos, cuja especificidade obriga a que seja regulada e orientada pelos professores das disciplinas envolventes, competindo-lhes a leitura do regulamento específico da disciplina relativo à utilização de instalações, bem como a formação/orientação e supervisão do cumprimento desses requisitos/comportamentos.

A segurança das instalações deve ser coordenada de modo a que ocorram inspeções regulares por pessoas ligadas ao setor, conferindo uma prevenção primária, complementada com inspeções periódicas por entidades especializadas e a verificação regular da segurança dos equipamentos e instalações para se reparar rapidamente anomalias e danos, de forma a prevenir eventuais acidentes.

A entrada e permanência de intrusos (pessoas não pertencentes à comunidade educativa) na escola tem de ser interdita, quer pela vigilância do pessoal não docente, quer pela colaboração ativa dos alunos denunciando tal situação.

A prevenção de atuação em situações de emergência e catástrofes tem que estar devidamente planificada no plano de segurança da escola. As situações que envolvam a participação ativa dos alunos terão diferentes fases de formação, nomeadamente através da intervenção do Diretor de Turma, a quem compete, por exemplo, a prática da simulação de saída das salas de aula em situações de emergência em coordenação com atividades promovidas pela equipa da Proteção Civil.

A formação é fundamental para o sucesso das medidas adotadas. O plano anual de atividades continuará a incluir temas na área da formação e na

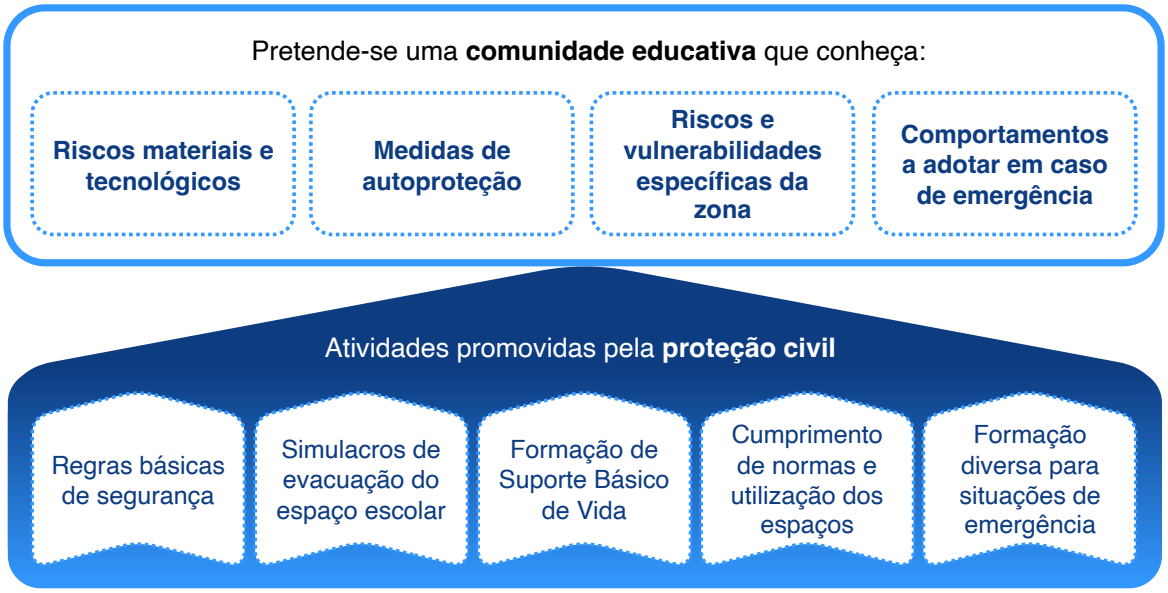
prevenção com o intuito de se trabalhar uma postura ativa no domínio da segurança.

7.1. Proteção Civil

As escolas para além de serem um espaço dinâmico de transmissão de saberes, constituem fator de integração na sociedade e vetor de formação do aluno, pelo que é essencial um trabalho persistente de desenvolvimento de uma cultura de segurança que se quer presente no dia a dia.

Essa educação para a segurança e prevenção de riscos, é um trabalho de desenvolvimento de comportamentos que só ganha no funcionamento em rede e na constituição de grupos multidisciplinares.

Assim, numa lógica de boas práticas no âmbito da segurança, a escola apresenta uma equipa de Segurança/Proteção Civil delegada para planificar, dinamizar e implementar atividades que vão ao encontro deste campo de ação, cuja operacionalização está plasmada no PCE (consultar aqui). Sempre que possível deverá haver o envolvimento de outras entidades tais como INEM, PSP, Centro de Saúde, Bombeiros, Proteção Civil Municipal, GNR, entre outras.



As atividades a desenvolver devem incidir prioritariamente sobre comportamentos a adotar em situações de risco, orientadas, essencialmente, para alunos do 7º ao 10º ano de escolaridade (entrada de novos alunos), não deixando nenhum setor sem formação nestes domínios.

8. AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação da escola constitui um importante instrumento para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, através da constatação/observação de pontos fortes e fragilidades.

Deve ser expressa num documento onde se observe um conjunto de dados e perspetivas relevantes sobre determinadas vertentes do fazer educativo, a partir do qual seja percetível a realidade da escola nas suas diferentes dimensões e, caso se justifique, sejam definidas estratégias possíveis de estabelecer novas formas de agir e interagir, reforçando a capacidade da escola para planificar e implementar o seu processo de melhoria, eficácia e qualidade.

Desta forma, a equipa de Avaliação Interna, através da recolha e análise de dados oriundos das mais diversas fontes, numa perspetiva criativa, mas objetiva e isenta, deve incidir a sua observação nos seguintes parâmetros:

O relatório da avaliação interna/autoavaliação (consultar aqui) constitui "(…) o documento que procede à identificação do grau de concretização dos objetivos fixados no projeto educativo, à avaliação das atividades realizadas pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada e da sua organização e gestão, designadamente no que diz respeito aos resultados escolares e à prestação do serviço educativo". (decreto – lei nº 75/2008, 22 de abril, artigo 9º, 2, c)

9. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

A assunção do Projeto Educativo como instrumento orientador da política educativa da escola, não dispensa um processo avaliativo que nos permita ajuizar da sua coerência com os objetivos e as finalidades da educação, as metas da escola, a pertinência das ações nele inscritas e da sua eficácia face aos efeitos desejados. Assim, a sua avaliação deve contemplar duas grandes dimensões: o desenvolvimento do próprio projeto e os resultados alcançados.

No final do ano letivo 2025/2026 proceder-se-á a uma avaliação global, tendo por base os seguintes dados:

- taxa de **transição do 7º ao 11º ano** de escolaridade
- taxa de **conclusão no 12º ano** de escolaridade
- taxa de **admissão ao ensino superior**
- **taxa de abandono** nos ensinos básico e secundário
- **resultados dos diversos instrumentos de recolha de informação** para avaliação e sua implicação na tomada de decisões estratégicas de intervenção
- **resultados dos exames nacionais**
- **análise dos instrumentos recolhidos** na avaliação anual do projeto
- análise dos **planos de intervenção** e respetivos relatórios críticos
- **sugestões** dos elementos da comunidade educativa

Estas informações advêm de documentos e procedimentos diversos como o PNPSE, o relatório da AI, os relatórios do PAA, relatórios intermédios, monitorização permanente, entre outros.

A avaliação deverá identificar os pontos fortes e fragilidades, bem como sugerir a implementação de ações e processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados da escola, tendo em vista respostas adequadas e eficazes na formação dos nossos alunos.

10. ANEXOS

- Associação de Estudantes
- Associação de Pais e Encarregados de Educação
- Biblioteca/Centro de Recursos
- Caracterização do meio e identidade da instituição
- Critérios Gerais de Avaliação da Escola Secundária de Penafiel
- Diretor de Turma
- Educação para a Saúde
- Elaboração de Turmas e Obtenção de Vaga
- Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola Secundária de Penafiel (EECE)
- Organização/Gestão Curricular
- Órgãos e Estruturas Intermédias
- Notas para a Elaboração de um Projeto
- Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola
- População Escolar Alunos
- População Escolar Docente e Não Docente
- Programa de Mentoria
- Projeto Curricular de Escola
- Protocolos e Parcerias
- Recursos Físicos
- Regulamento Interno do Centro de Apoio à Aprendizagem
- Relatório de Avaliação Interna 2019-2021